

LEI ORDINÁRIA Nº 1.716, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.

“Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Lajinha e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus vereadores aprovou a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Programa de Recuperação Fiscal de Lajinha – REFIS-LAJINHA, com o objetivo de possibilitar o pagamento, nas condições nela específicas, de débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviço de Qualquer natureza – ISSQN e a Taxa de Alvará para a Localização e Funcionamento, bem como, a extinção de processos em trâmite na esfera administrativa ou judicial que tenham por objeto ou finalidade mediata ou imediata ver incluído no programa ora criado.

§1º O programa ora instituído abrange os débitos originários dos tributos especificados no caput, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de 2021, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.

§2º O Programa de Recuperação Fiscal de Lajinha – REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda que será órgão responsável pelo gerenciamento e implantação dos procedimentos necessários à execução do programa.

Art. 2º O ingresso no O Programa de Recuperação Fiscal de Lajinha – REFIS dar-se-á por opção de pessoa física ou jurídica em débito com a Fazenda Municipal, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º desta Lei.

§1º A opção deverá ser formalizada até o dia 19/02/2023 (dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois), através do “Termo de Adesão ao REFIS”,



conforme escala a ser elaborada por atividades econômicas (pessoa jurídica) e por contribuinte (pessoa física), objetivando a agilização do processo de opção pelo programa. *(Prazo alterado pela Lei 1.735/2022).*

§2º Os débitos existentes em nome do optante poderão ser ou não consolidados, tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Lajinha – REFIS.

§3º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica ou física, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos à atualização monetária, multa de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, observando a redução disposta no art. 3º desta Lei e consolidando o valor final em R\$ (REAIS) para efeito de cálculo das parcelas.

Art. 3º Os débitos poderão ser parcelados em até 24 (vinte e quatro meses) vezes observando os prazos e descontos no parágrafo §1º;

§1º Os valores referidos no caput deste artigo, correspondentes a multa e juros, receberão as seguintes reduções:

- I. Pagos à vista, 90% (noventa por cento) da multa e juros;
- II. Até 6 parcelas, 70% (setenta por cento) da multa e juros;
- III. 7 a 12 parcelas, 50% (cinquenta por cento) da multa e juros;
- IV. 12 a 24 parcelas 30% (trinta por cento) da multa e juros.

§2º Apurado o número de parcelas, será emitido um termo de acordo que constará o número total de parcelas e os seus respectivos vencimentos que deverá ser assinado pelo contribuinte e pelo Secretário Municipal de Fazenda, para formalização do pedido.

§3º Em se tratando de devedor pessoa física, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a **R\$ 60,00 (sessenta reais)**.

§4º Em se tratando de devedor pessoa jurídica, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a **R\$ 100,00 (cem reais)**.

Art. 4º A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Lajinha – REFIS



sujeita o contribuinte a:

I – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos existentes junto à fazenda municipal;

II – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas no programa, bem como a desistência de quaisquer defesas protocolada em processo judicial ou administrativo;

III – Pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem como dos tributos e das condições decorrente de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021.

§1º A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Lajinha – REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e às contribuições referidas no art.1º.

§2º O pedido de parcelamento não importa em novação, transação ou no levantamento ou extinção da garantia ofertada em execução judicial, a qual ficará suspensa até o término do cumprimento do parcelamento requerido.

§3º No caso de parcelamento de débito ajuizado deverão ser pagos custas e encargos devidos à Fazenda Estadual, e, parcela única, até o término do parcelamento.

Art. 5º O programa será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda, e, em se tratando de débito em execução fiscal, será ouvida a Procuradoria-Geral do Município e observado o disposto em regulamento.

Art. 6º Em caso de inadimplência consecutiva ou não de 03 (três) parcelas do acordo firmado, haverá a exigibilidade imediata de todo o saldo devedor do acordo com os acréscimos legais, cuja constituição e lançamento do crédito em dívida ativa deverá ser feita de forma sumária.

Art. 7º A certidão de quitação fiscal definitiva da dívida – CND – Certidão Negativa de Débito – somente será concedida depois do pagamento da última parcela de amortização.

Art. 8º Os créditos inscritos em dívida ativa, iguais ou inferiores a **R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, já reajustados na forma da legislação pertinente, não serão objeto de execução fiscal, salvo determinação em contrário da Procuradoria-Geral do Município e/ou da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a editar os atos



regulamentares que se fizerem necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 10 O Secretário Municipal de Fazenda é a autoridade competente para decidir sobre todos os atos relacionados com a aplicação desta Lei.

Art. 11 Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS OITOS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (08/09/2022).

HUMBERTO CABRAL DA SILVA
Presidente

SANCIONADA PELO PREFEITO MUNICIPAL JOÃO ROSENDO AMBRÓSIO DE MEDEIROS EM 15/09/2022.



Rua Dr. Sidney Hubner França Camargo, 31 Centro - Lajinha, CEP 36.980-000



falecom@cmlajinha.mg.gov.br



www.cmlajinha.mg.gov.br



(33) 3444-1548/1558